



SETÚBAL

**MOÇÃO - PELA DEFESA DAS FAMÍLIAS, DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E DA
ECONOMIA LOCAL FACE AO AUMENTO DAS TARIFAS DE SANEAMENTO E RESÍDUOS**

Considerando que:

- Foi apresentada à Assembleia Municipal a petição pública “Pela Revisão dos Aumentos Abusivos e pela Redução das Tarifas de Saneamento e Resíduos de Setúbal”, subscrita por um conjunto alargado de munícipes;
- As audições promovidas pelas Comissões da Assembleia Municipal evidenciaram preocupações sérias e legítimas de famílias, IPSS, associações e agentes económicos relativamente ao impacto dos aumentos tarifários implementados;
- Os serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos constituem serviços públicos essenciais e devem ser geridos segundo princípios de justiça social, proporcionalidade, transparência e proteção dos consumidores;
- O Executivo Municipal suportado pelo Movimento Setúbal de Volta e pelo CHEGA aprovou e assumiu integralmente a responsabilidade política pelas alterações tarifárias implementadas;
- O Partido Socialista, através dos seus vereadores, em reunião de Câmara, manifestaram a sua discordância, alertando para os impactos negativos junto da população em geral, tendo votado contra a proposta que visava o aumento do tarifário;
- A necessidade de garantir sustentabilidade financeira dos sistemas, não pode servir de justificação para a adoção de medidas sem adequada proteção dos agregados familiares, das instituições sociais e da atividade económica local;
- O processo de informação, esclarecimento e envolvimento da população revelou insuficiências que contribuíram para o agravamento da preocupação e do descontentamento dos munícipes.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2026, delibera:



SETÚBAL

1. Manifestar a sua profunda preocupação pelos impactos sociais e económicos decorrentes do aumento das tarifas de saneamento e resíduos no concelho de Setúbal;
2. Censurar politicamente a atuação do Executivo Municipal pela forma como conduziu este processo, por não ter acautelado de forma suficiente os efeitos sobre famílias, instituições e atividades económicas;
3. Reconhecer a legitimidade das preocupações expressas pelos peticionários e pelas entidades ouvidas no âmbito da apreciação da petição;
4. Reafirmar que a sustentabilidade financeira dos serviços públicos essenciais deve ser compatibilizada com a proteção dos consumidores e com a coesão social do concelho, investindo em programas mais justos para o consumidor, como é o caso do sistema “pay as you throw”, dando prioridade aos investimentos nesta área .
5. Reafirmar junto do Poder Central, a necessidade de proceder a alterações fundamentais na área da gestão dos resíduos na Península de Setubal, revendo uma politica que conduziu a um negocio monopolista nas mãos de um privado; assim como criar programas de apoio a novos investimentos que reduzam a dependência dos aterros e aumento da eficiência ambiental e económica do sistema .

Determinar o envio da presente Moção à Câmara Municipal de Setúbal, aos Serviços Municipalizados de Setúbal, à ERSAR, à DECO, ao Governo da República, às bancadas parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República e aos representantes dos peticionários.

Setúbal, 26 de junho de 2026

Grupo Municipal do Partido Socialista



SETÚBAL

Depois de aprovada por esta Assembleia, a presente Moção deverá ser enviada ao Governo da República, às bancadas parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República, à Câmara Municipal de Setúbal, aos Serviços Municipalizados de Setúbal, à ERSAR, à DECO, e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

Setúbal, 26 de junho de 2026

Pela bancada do Partido Socialista

Maria João Teigas Santos Pêlayo